



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL  
FACULDADE DE PEDAGOGIA

**LETICIA MOREIRA BESSA**

**A FUNÇÃO DO TRABALHO DO PEDAGOGO NO CENTRO DE  
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS em Santa Izabel/PA**

CASTANHAL/PA  
2019

**LETICIA MOREIRA BESSA**

**A função do trabalho do pedagogo no Centro de Referência de  
Assistência Social – CRAS em Santa Izabel/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará no Campus Universitário de Castanhal, como exigência para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação do Professor Drº Francisco dos Santos Anjos.

CASTANHAL/PA  
2019

# **A função do trabalho do pedagogo no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS em Santa Izabel/PA**

Autor(a): Leticia Moreira Bessa

Orientador: Professor Drº Francisco Valdinei dos Santos Anjos

Data de Defesa: \_\_/\_\_/\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Professor(a):

---

Professor(a):

---

Professor(a):

Dedico este trabalho a minha mãe, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando, incentivando, agradeço a ela por ser meu pilar, exemplo de ser humano, na qual me inspiro todos os dias da minha vida, pessoa solidária, humilde e honesta, sempre com belas palavras em momentos frágeis e em momentos felizes. Sem ela não seria possível que eu tenha chegado até aqui, e todo o esforço que tive foi em dobro, pois ela se dedicou a me ajudar por diversas maneiras. A ela, todo o meu amor e dedicação.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sem ele nada sou, com sua bênção de me fazer acordar todos os dias e escrever uma nova história, a ele toda a honra e toda a glória e a minha gratidão.

Aos meus pais, que arcaram com as minhas despesas para integrar esta faculdade, especialmente minha mãe, por dedicar todo seu esforço e carinho que me faziam mais fortes, reflexiva, e que sempre me desconstrói enquanto ser humano.

Ao meu irmão, por sempre acreditar em mim, e me proteger sempre que havia necessidades, este, que me conduziu a uma nova jornada na qual me fortaleceu e me fez dedicar mais tempo a conhecer a palavra de Deus.

A meu grande amigo Emersom, que sempre se preocupou comigo, me socorria quando eu me sentia de mãos atadas, se pudesse o chamar de irmão, sem dúvidas o diria, agradeço a ele por ser um anjo em pessoa na minha vida, depois de minha mãe.

Aos meus avós, que mesmo abalados por suas doenças, se esforçavam para me fazer um agrado, que era dar um sorriso, pois sabem o quanto isso me refaz, sempre acreditavam em mim, agradeço seus incentivos, e o faziam sempre na esperança de ver uma neta, que é a primeira integrante da família a ingressar em uma universidade pública.

As minhas amigas, que de início éramos grupo de trabalhos, Luana Ketellen, Débora Lameira e Analine Sobrinho, hoje eu agradeço pela linda amizade que formamos, obrigada pela paciência, pelo esforço, parceria e entendimento que tiveram comigo, guardo para a vida toda as grandes aprendizagens que me proporcionaram com nosso convívio, podem não saber, mas aprendi muito com elas, minha gratidão a vocês, sempre.

A minha amiga Luana Ketellen, que sempre me ensinou que eu posso dar o meu melhor em qualquer coisa que eu faça, e que nada está perdido quando as coisas apertam, por sempre mais que me ajudar nos trabalhos em dupla, agradeço a sua paciência e dedicação a mim, e por me fazer ser sua madrinha de casamento, algo que tem um valor simbólico mais que especial na minha vida, guardo você num lugar especial no coração, obrigada por tudo.

As minhas amigas Elbya Suzane e Vitória Amaral, pelas ajudas com suas palavras de incentivo, e por “bancarem” as psicólogas sempre que viam que eu não

estava bem, tanto emocionalmente, quanto psicologicamente. Obrigada por me ajudarem quando eu me sentia perdida ou tentava desistir de tudo.

Ao orientador Francisco dos Anjos, que aceitou este trabalho e desafio em me ajudar, mesmo com minhas imperfeições, por ser um exemplo de pessoa e profissional que eu admiro muito. Obrigada por tudo.

E a todos que eu não citei, mas que de alguma forma participou dos meus dias, e deste trabalho. Meus agradecimentos a todos vocês.

Os sonhos são projetos pelos quais se luta.  
Sua realização não se verifica facilmente,  
sem obstáculos. Implica, pelo contrário,  
avanços, recuos, marchas as vezes  
demoradas. Implica luta.

Paulo Freire

## **LISTA DE QUADRO**

**Quadro 1:** Objetivos gerais e específicos desenvolvidos pelo CRAS de Santa Izabel do Pará/PA 2019 (pág 31)

**Quadro 2:** Quadro simplificado de funcionários do CRAS de Santa Izabel do Pará/PA 2019 (pág 32)

**SIGLAS**

**CRAS**- Centro de Referência Social

**NOB-RH/SUAS**- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

**PNAS**- Política Nacional de Assistência social

**PAIF**- Proteção e Atendimento Integral à Família

**SCFV**- Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

**PTA**- Plano de Trabalho Atual

**LOAS**- Lei orgânica da assistência social

**RESUMO**

O presente estudo trata-se de uma pesquisa que tem como objetivo, investigar a função e, por consequência a importância do pedagogo no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, de Santa Izabel do Pará/PA, buscando conhecer as ações desenvolvidas por este profissional neste espaço, levando em consideração a formação e a atuação pedagógica, o qual, historicamente tem se destacado por ser uma profissão exclusivamente voltado ao ambiente escolar, assumindo cargos comumente como professor, coordenador pedagógico e gestor escolar. Sendo assim, é importante conhecer as possibilidades para além deste ambiente. Deste modo, o estudo assume uma abordagem qualitativa, uma vez que buscou-se compreender fala da participante e suas ações na instituição. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram, a observação, diário de campo, e a entrevista semiestruturada, com a participação de uma pedagoga que atualmente trabalha como coordenadora no CRAS de Santa Izabel do Pará. Os dados coletados mostram que o trabalho que esta profissional realiza, não ocorre somente dentro da área de sua formação, pois este possui uma equipe de profissionais que trabalham colaborativamente para atender a crianças, jovens, adultos e idosos que encontram-se em situação de vulnerabilidade social, ou que tenham seus direitos violados, sendo introduzidos a ações socioeducativas desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar, afim de esclarecer a este público sobre seus direitos e deveres. Ou seja, o perfil do pedagogo, bem como suas competências são bem mais abrangentes que o da docência para a sala de aula, tornando-se uma profissão que pode existir para além dos muros do ambiente escolar.

**Palavras chave:** Pedagogia; Educação social; Ambiente não escolar; CRAS.

## ABSTRACT

The present study is a research that aims to investigate the role and, consequently, the importance of the pedagogue in the Reference Center of Social Assistance - CRAS, Santa Izabel do Pará / PA. Seeking to know the actions developed by this professional in this space. Taking into account the training and pedagogical performance, which historically has stood out for being a profession exclusively focused on the school environment, assuming positions commonly as teacher, pedagogical coordinator and school manager. Therefore, it is important to know the possibilities beyond this environment. Thus, the study assumes a qualitative approach, since it was sought to understand speech of the participant and their actions in the institution. The data collection techniques used were observation, field diary, and semi-structured interview, with the participation of a pedagogue who currently works as coordinator in CRAS of Santa Izabel do Pará. Data collected show that the work that this professional does not only occur within the area of its formation, since it has a team of professionals who work collaboratively to assist children, youth, adults and elderly people who are in a situation of social vulnerability, or who have their rights violated, being introduced to socio-educational actions developed by a multidisciplinary team, in order to exclarecer this public about their rights and duties. That is, the profile of the pedagogue as well as his / her competences are much more comprehensive than that of teaching for the classroom, becoming a profession that can exist beyond the walls of the school environment.

**Keywords:** Pedagogy; Social education; Non-school environment; CRAS.

## SUMÁRIO

<b>SEÇÃO I – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1 Apresentação do tema.....	13
1.2 Objetivos.....	14
1.3 Justificativa.....	14
1.4 Filiações teórico-conceituais.....	15
1.5 Organização do trabalho.....	16
<b>SEÇÃO II – REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>18</b>
2.1. A pedagogia em ambiente não escolar: um breve histórico da pedagogia social e a educação popular.....	18
2.2. O CRAS enquanto referência pedagógica.....	23
<b>SEÇÃO III – METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>28</b>
3.1 O lócus da pesquisa no Município de Santa Izabel do Pará – PA.....	28
3.2 O sujeito da pesquisa.....	32
<b>SEÇÃO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>35</b>
4.1 O papel do pedagogo em espaços não escolares.....	35
4.2 Aspectos e atividades desenvolvidas pelo pedagogo no CRAS/Santa Izabel do Pará.....	37
4.3 Principais desafios do Pedagogo no CRAS/Santa Izabel do Pará.....	39
4.4 Contribuições do pedagogo ao centro de referência de assistência social...41	
5. Conclusão.....	45
6. Referências.....	47
7. Apêndices.....	49

## SESSÃO 1 – INTRODUÇÃO

A pedagogia em ambiente não escolar, é sem dúvida, um dos assuntos que ainda está em crescimento, não menos importante que a pedagogia em ambiente escolar, este também trata-se de um dos meios que busca ajudar a sociedade de maneiras mais específicas. Assim, como a carreira docente, a pedagogia que pertence a um ambiente não escolar, tem como foco o ser humano e suas diferentes dimensões.

Rainer Lengert (2011) diz que a docência é uma das profissões mais antigas da humanidade, independentemente do período histórico ou do tipo de sociedade, onde, toda as áreas se ocupam de sua profissionalização, bem como de suas funções e conseqüentemente suas atribuições como profissionais. Assim, médicos, advogados, ou engenheiros, entre outros, vem mantendo seu *status* quase de forma intacta, por décadas, mesmo que este, não possuindo maior formação, e sem ser muito demandado pela sociedade, do que pedagogos e professores.

Buscando por novos ambientes de trabalho, o pedagogo vê um novo significado para seu trabalho, com atribuições humanas, bem como pelo reconhecimento de que as práticas pedagógica não se restringem ao ambiente escolar. Deste modo, é de grande importância o estudo de novos ambientes no qual o pedagogo está inserido, afim de conhecer o papel e a importância deste, especificamente dentro de um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, localizada na cidade de Santa Izabel do Pará/PA.

No espaço de educação não formal, ou de ambiente não escolar, surge o Educador Social, que se encarrega de uma função de suma importância na sociedade, com seu papel de comprometimento no desenvolvimento educacional. Por esta razão, este profissional, não deve ter apenas conhecimento de suas responsabilidades e deveres sociais, como mediador do seu educando, e agente inovador, mas também como um ser que seja capaz de estimular questões pertinentes às injustiças e as desigualdades que percorrem na sociedade. Destaca-se ainda, que seja importante a presença e o trabalho do pedagogo, tanto no desenvolvimento da sua profissão, fazendo parte de seu conhecimento didático, quanto este seja voltado para pessoas pertencentes a um meio social, podendo ser desenvolvida em diversos processos de

ações pedagógicas em que este seja executado por grupos de pessoas nos diferentes ambientes não escolares.

### **1.1 - PROBLEMA**

Sabemos que o Centro de Referência de Assistência Social promove uma busca ativa territorial, onde essa busca é realizada pela equipe de referência do CRAS de modo intencional, buscando as ocorrências que influenciam os modos de vida da população em um determinado território. Além de ter como objetivo de identificar diferentes situações de vulnerabilidade e risco social.

Sabendo-se que o CRAS é um conjunto de providências na qual, deverão ser tomadas pelo órgão gestor municipal de assistência social buscando cumprir a instalação dessa unidade pública, trago o seguinte problema: Qual a função e, por consequência a importância do pedagogo no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, de Santa Izabel do Pará/PA?

### **1.2 - OBJETIVOS**

**GERAL:** Investigar a função e, por consequência a importância do pedagogo no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, de Castanhal/PA.

**ESPECÍFICOS:**

- Conhecer o trabalho que o pedagogo desenvolve no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.
- Identificar que aspectos e atividades são desenvolvidas pelo pedagogo no CRAS.
- Analisar as atividades realizadas pelo pedagogo no CRAS juntamente com a equipe dos demais profissionais do local.

### **1.3 - JUSTIFICATIVA**

A principal razão para realizar esta pesquisa são os relatos oriundos de um profissional ingresso do ambiente de um Centro de Referência de Assistência Social –

CRAS, em relação as dificuldades enfrentadas pelos profissionais especialmente no que se refere ao contexto social em que se encontram o público que estes atendem no seu ambiente de trabalho. Com isso, observei o quanto a estrutura social, econômica, cultural, dentre outras, interfere nas ações populares. É muito importante conhecermos o papel do pedagogo em ambiente não escolar, o que nos faz olhar de maneira mais contextual sobre o meio social, bem como suas possibilidades educacionais, uma vez que no Brasil, pouco se tem um avanço sobre esta perspectiva da Educação.

Sabemos que após a formação, o licenciado em pedagogia possui muitas possibilidades de atuação, ultrapassando os espaços formais, referindo-se às escolas, no qual possui uma política educacional, assim como um programa curricular, abrangendo uma organização de ensino, e os espaços não formais de educação, que apresentam diferentemente da anterior, uma dimensão educativa em tempo diferente e contrário ao das escolas, tornando-se uma assistência social. Conhecendo este panorama de espaços educativos, prevalece o profissionalismo e a responsabilidade que compete ao pedagogo.

Sendo assim, este trabalho tem como propósito ser uma fonte de contribuição ao conhecimento da sociedade no sentido da busca de novas compreensões acerca da importância do papel do pedagogo em ambiente não escolar, sobretudo no espaço de um Centro de Referência de Assistência social – CRAS.

Bem como, servirá de colaboração para novas pesquisas acadêmicas, sendo assegurada pela sua utilidade aos demais trabalhos, acrescentando-se assim, ao conjunto de conhecimento científico que o tema abrange, e pela contribuição à superação de lacunas no conhecimento.

#### **1.4 - FILIAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS**

Este trabalho se constituirá a partir de autores que abordam sobre o tema aqui exposto. Terei como embasamento inicial documentos como a LEI N° 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990\* que Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e de outras providências (2005), onde, esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

A LEI Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o qual dispõe sobre o Estatuto do idoso e dá outras providências, bem como as Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (2009). Essa publicação é destinada a gestores e trabalhadores do SUAS, no qual subsidia o funcionamento do CRAS por todo o país, representando um fio da extensa rede de proteção e promoção social que vem se construindo no Brasil, com o objetivo de aprimorar a atuação preventiva, protetiva e proativa dessa Unidade, que possa segundo o próprio documento, preparar e motivar cada vez mais os gestores e trabalhadores do SUAS, para que assim, possa existir um avanço na direção de um padrão societário, que seja mais justo e solidário com a população como um todo. E Rainer Lengert (2011) que discorre acerca da profissionalização docente, uma importante leitura para conhecimento de profissão.

## **1.5 - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

- **Procedimentos metodológicos:**

Serão utilizados vários meios para a aquisição de dados pertinentes para a pesquisa desta temática, porém, é de grande importância iniciar o estudo documental afim de conhecer de que se trata o assunto, e a quem se destina. As fontes utilizadas para o conhecimento destes dados são: Leis (Constituição de 1988, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente), e Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Deste modo, é obrigatório a leitura e análise destes documentos, pois é através deles que se pode ter conhecimento mais amplo acerca do que queremos saber.

Será realizado também, para coleta de dados a partir da utilização da entrevista não estruturada, que será aplicado a um pedagogo(a), que atue no CRAS, de Santa Izabel do Pará/PA. Após a coleta das informações será realizado a análise dos dados obtidos. O presente estudo então, será de aposte teórico documental, que discorrem sobre a temática, seguida de entrevista, para assim ser possível realizar uma abordagem de cunho qualitativa.

Esta pesquisa assume a abordagem qualitativa como princípio norteador e se caracteriza como descritiva com base no levantamento de dados e exploratória de campo. (FLICK, 2010).]

Para a produção dos dados serão utilizados o procedimento de levantamento bibliográfico, e as técnicas de entrevista não estruturada e observação (GIL, 1999).

## SEÇÃO II – REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. A pedagogia em ambiente não escolar: um breve histórico da pedagogia social e a educação popular

Sabemos que a pedagogia tem destinado seu estudo para as diversas áreas de práticas educativas, nas quais são realizadas na sociedade como profissão fundamental para uma organização humano social. Porém, com as mudanças contemporâneas, esta profissão não está designada somente para os ambientes escolares e suas diferentes formas de execução dentro destas unidades, onde há uma preocupação e olhar mais frequentes.

A Pedagogia em ambiente não escolar, surge no Brasil ainda no século XX, sendo voltada principalmente para jovens e adultos que eram analfabetos, pessoas que necessitavam de ajuda em relação as suas problemáticas sociais e educacionais, ou seja, pessoas que não tinham qualquer acesso à educação e pertenciam à classes populares existentes em diferentes ambientes.

Segundo Machado, (2009, p. 14):

No Brasil, as discussões sobre Pedagogia Social surgem no início do século XX, relacionadas à Educação Popular que, na época, possuía o significado de escolarização das massas. No decorrer da história, a Educação Popular segue sofrendo mudanças em seus significados e finalidades, caracterizando-se a partir de 1960 como uma área em que são consideradas as práticas educativas em diferentes contextos.

A educação social ocorria em lugares diferentes da escola, alguns exemplos como: igrejas, presídios, hospitais, ONGS, abrigos, entre outros, através de projetos sociais, ou dentro de alguns movimentos sociais, para que esta educação pudesse alcançar o maior número de pessoas que estivessem em carência de uma aprendizagem que pudesse suprir suas necessidades especialmente sociais, garantindo sua humanidade, e introduzindo-os ao mundo como pessoas dignas de possuir e garantir a sua existência.

Como afirma Caliman, (2010, p. 343)

A Pedagogia Social no Brasil tende a ser concebida como uma ciência que pertence ao rol das Ciências da Educação, uma ciência sensível à dimensão da sociedade humana, ou seja, que se ocupa particularmente da educação social de indivíduos historicamente situados. Uma educação que ocorre de modo particular lá onde as agências formais de educação não conseguem chegar; nas relações de ajuda a pessoas em dificuldade, especialmente crianças, adolescentes e jovens que sofrem pela escassa atenção às suas necessidades fundamentais.

A Pedagogia Social situa-se ainda como um campo de estudo recente, ainda que as suas práticas tenham vindo exercidas desde o século XVII com os estudos de Comenius, por isso, por ainda se tratar de um campo recente de estudo, ainda há uma grande desvalorização deste profissional voltado para essa área. É importante enfatizar que o trabalho desenvolvido dentro das Organizações Não Governamentais dirige-se a atender crianças, adolescentes e jovens que encontram-se em situação de vulnerabilidade social, sendo assim, essa ação é de grande importância para a sociedade, uma vez que estas ações buscam distanciá-los da criminalidade e suas consequências, fornecendo suporte para o desenvolvimento de suas habilidades, bem como ajudar estas pessoas em seu desenvolvimento intelectual, as que possuem alguma dificuldade na aprendizagem educacional.

No contexto histórico da Educação Brasileira, a Pedagogia Social começa a se ampliar no início do século XX durante alguns momentos de conflitos e mudanças, onde grande parte da população do país não tinha acesso às escolas e não sabia ler e escrever.

Segundo Machado (2010) com o estabelecimento da nova forma republicana federativa do Brasil, sendo esta proclamada em 15 de novembro de 1889, o Brasil buscou produzir um maior desenvolvimento e também a modernizar a realidade em que se encontrava o país, conseqüentemente os primeiros anos do século XX foram designados a construção de uma nação mais moderna, tendo como exemplo a nação europeia, bem como a da América do Norte. Logo, a educação entendia como atualização:

A ampliação dos níveis de escolarização da população, bem como a preparação e profissionalização dos educadores para trabalharem nesse processo. Nesse momento, estava em constituição o sistema educacional brasileiro (MACHADO, 2010, p. 95).

Historicamente, a crença de que através da educação, seja possível orientar os fatos sociais, com a ajuda da Pedagogia Social, enxergando a realidade de que a pedagogia seja de um campo muito mais amplo, esta Pedagogia social, tem como finalidade, a contribuição para que o homem cresça na sua formação integral, sendo desta forma, direcionada às necessidades e interesses dos educandos, dentro do processo de ensino e aprendizagem em ambientes que não sejam escolares, voltada para o meio social.

De acordo com Machado (2008) na primeira metade do século XX, já no final da Primeira Guerra Mundial são identificados os problemas sociais, como a pobreza, o desemprego, a falta de proteção, bem como o aumento das desigualdades existentes, as quais contribuíram para que pedagogia social fosse reconhecida, em meio as difíceis situações nas quais se encontravam as pessoas menos privilegiadas e expostas aos perigos sociais, desta maneira, buscavam soluções para estes problemas, criando políticas que seriam de usadas para suprir as necessidades sociais, tanto para melhorar a qualidade de vida e dar assistência social para os que realmente precisavam.

Com isto, de início, a primeira ideia que havia sobre Pedagogia social é por meio desse atendimento às grandes necessidades sociais que se encontrava, através de ações preventivas as quais buscavam solucionar os problemas da sociedade.

A partir desse momento houve então, a propagação da mesma, segundo este autor, Machado (2008) na Itália a pedagogia social se referia-se à educação não formal, sendo esta que envolve tanto a família, quanto a igreja e as associações que eram voltadas para interações das pessoas com a sociedade, porém, na França ela surgiu para acabar com as dificuldades da pobreza, ou seja, os problemas sociais. Já em nosso país, é através de Paulo Freire em (1998) com a necessidade de que o homem precisava de libertar para um mundo mais crítico, e assim, conseguisse ter um pensamento mais aberto, refletindo sobre si e sobre a sociedade, valorizando o contexto deste educando, ressaltando que a aprendizagem não ocorre apenas de maneira privada, mas também dentro do meio no qual este vive, assim como dentro das relações que este possui com as pessoas e o mundo.

No contexto brasileiro, percebe-se que a Pedagogia Social está relacionada á uma outra área, na qual é reconhecida como Educação Popular. Aqui se identifica um

breve esforço de compreender os aspectos históricos, sociais e educacionais relacionados a essa Pedagogia Social dentro da realidade educacional brasileira, bem como a emergência desta dentro deste contexto.

O início do século XX, foram dedicados à uma construção de uma nação modernizada, assim, busca-se uma referência grande na América e nas nações europeias, logo as influências dessa decisão, especialmente dentro da educação, é identificada pela luta por uma ampliação dos níveis da escolarização da população, assim como também eram destinadas a uma preparação e profissionalização dos educadores, para que estes pudessem trabalhar nesse processo. Neste contexto, o sistema educacional brasileiro já estava em constituição.

Na década de 1960, a Educação popular relacionava-se a uma educação que era voltada para as classes menos favorecidas, as classes populares, porém, com uma perspectiva diferente da que foi citada anteriormente. Aqui, já em um contexto mais tenso, como a ditadura militar, esta Educação Popular, voltou-se para um processo educativo em ambiente não-escolar, ganhando deste modo, uma abrangência nas suas práticas, partindo da teoria de Paulo Freire, sendo este educador, considerado por muitos, como o pai da Educação Popular.

Machado (2008) aponta que a terminologia Pedagogia Social, através de seus estudos, não volta à cena educacional desde o início do século, ressurgindo posteriormente na realidade educacional brasileira no ano de 2005, porém, este também com uma nova perspectiva, na qual está vinculada aos atendimentos de uma demanda que buscava a profissionalização de muitos educadores, estes que atuavam em diferentes espaços educativos, mas que não possuíam uma determinada formação.

Logo, partindo de um detalhamento histórico, é possível compreender, as relações existentes entre a Pedagogia Social e a Educação Popular, onde, desde 2005, o autor coloca a presença de um grupo que estava sendo responsável pela estruturação da Pedagogia Social, enquanto sendo uma área de conhecimento, assim como formação acadêmica e profissional.

Para Machado (2010), “Este grupo tem buscado por meio de estratégias (congressos, eventos, pesquisas, publicações, etc). Legitimar a área perante o campo educacional brasileiro”. Torna-se perceptível, que a busca por informações encontra-se

algo de grande desafio, uma vez que o trabalho de registro era trabalhoso, estes eram basicamente realizados através de levantamentos de dados pelas pesquisas realizadas na internet, em um leque de sites, em entrevistas realizadas com pessoas que fazem parte de todo este processo.

A Educação Popular, nos dias atuais está relacionada às práticas educativas em espaços diferentes ao da escola, antigamente, ainda segundo o autor, era relacionada à democratização da oferta de ensino escolar, onde deveria subsidiar tal processo de escolarização. Para Saviani (2008):

Na primeira República, a expressão “educação popular”, em consonância com o processo de implantação dos sistemas nacionais de ensino ocorrido ao longo do século XIX, encontrava-se associada à instrução elementar que se buscava generalizar para toda a população de cada país, mediante a implantação de escolas primárias. Coincidia, portanto, com o conceito de instrução pública. Esse era o caminho para erradicar o analfabetismo. Foi com esse entendimento que se desencadeou a mobilização pela implantação e expansão das escolas primárias, assim como as campanhas de alfabetização de adultos. SAVIANI (2008, p. 317).

Pelo fato de o Brasil, no final do século XIX e início do século XX estar passando por mudanças bastante significativas, Saviani (2008, p. 191) contextualiza mudanças que perpassavam nos modos de produção, que direcionou o país para uma reorganização social, em busca de atender o crescimento da sua economia, em detrimento das do grande crescimento das indústrias. É deste contexto que surgiram algumas práticas alternantes de educação, que segundo Brandão (2002) estas alternativas surgiram em bairros operários de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, as quais, identificavam-se como projetos de educação sendo realizados através de escolas de trabalhadores para operários adultos e a filhos destes operários, com a instalação de escolas que possuíam fundamentos anarquistas, e com algumas eram de fundamentos comunistas, criadas em bairros bem próximos as fábricas.

## 2.2 O CRAS enquanto referência pedagógica

Para a introdução deste eixo, é relevante abordar acerca do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS. Que de acordo com o documento oficial, registra a assistência social como uma política pública de seguridade social, na qual vem passando por profundas transformações a partir da Constituição de 1988. Este destaca que o SUAS, instituído pela Política Nacional de Assistência social (PNAS) em 2004, também foi criado em Lei no ano de 2011, assim, com a aprovação da Lei nº 8.742/93 – Lei orgânica de Assistência Social (LOAS), garantindo no ordenamento jurídico brasileiro, inúmeras conquistas que foram efetivadas ao longo dos anos.

Destaca também, segundo o documento, a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais em 2009, o qual padronizou os objetivos em nível nacional, as provisões e as formas de oferta dos serviços socioassistenciais. Em seguida, com a aprovação da NOB-RH SUAS, em 2006, que através das diretrizes nacionais, um dos seus objetivos é a padronização das carreiras do SUAS, para a implementação de ações específicas que tem como finalidade a qualificação e a valorização destes trabalhadores atuantes no SUAS.

No capítulo I do Sistema Único de assistência Social, destaca em seu Parágrafo único: A assistência social ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, prever a incidência de riscos sociais, independente de contribuição prévia, e deve ser financiada com recursos previstos no orçamento da Seguridade Social. De acordo com Santos; Brun, (2016, p. 5) o SUAS foi consolidada e teve a sua garantia de permanência definitivo, através do sancionamento da Lei 12.435 de 06 de julho de 2011, definido desta maneira:

No Sistema Único de Assistência Social, os serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social são reorganizados por níveis de proteção, que são: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Todos os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da

sociedade civil, e estes, têm o papel efetivo na sua implantação e implementação. (SANTOS; BRUN, 2016, p.05-06).

Com isso, está claro que “A assistência social centra esforços na prevenção e enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco sociais, por meio de intervenções territorializadas e com foco nas relações familiares e comunitárias” (CRAS, 2009, p. 15). É necessário que haja uma organização para que estas finalidades sejam atingidas, utilizando-se de metas, procedimentos e métodos, as quais devem ser baseadas na leitura da realidade, para promover uma mudança do contexto ali encontrado. Segundo o documento:

O plano constitui elemento estratégico para a consolidação do SUAS, para a municipalização, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados e para a universalização da rede de proteção social de assistência social, devendo prever resultados e impactos sobre as situações de vulnerabilidade e riscos sociais identificados nos territórios. (CRAS, 2009, p. 15).

Destaca-se o território como um espaço humano, habitado, e não somente a uma delimitação espacial, ou seja, não se restringe a uma porção de terra específica, mas sim, por um local onde se vivem pessoas físicas. São nestes espaços coletivos que há uma maior relação entre os membros, de solidariedade, afeto, existindo uma extensão de relações familiares, ultrapassando a consanguinidade, havendo a interações entre as vizinhanças, ou seja, local onde se desenvolve o sentimento de pertencimento e de identidade.

As instituições de ensino não são as únicas detentoras da educação, entendida como a principal essência da transformação, revelando possibilidades que não estão restritas a estes espaços. Entendo que o processo que viabiliza a educação para as pessoas, ocorrem principalmente em espaços públicos, ou seja, coletivos, onde se encontram nos valores sociais que formam a identidade das pessoas. Por conseguinte, a importância da educação para a transformação está além dos muros das escolas, das instituições de ensino, ou cursos técnicos, entre outros. Esta encontra-se nas disposições de se pensar nos conhecimentos e nas produções de saberes que possam ser aplicados nos espaços sociais.

Educação, na qual está presente para além da formalização, escolarização, bem como as apropriações do conhecimento, mas que possa reconhecer as potencialidades das pessoas, assim como as capacidades coletivas de recriar um mundo de acordo com o contexto no qual estão inseridos. Como aponta Paulo Freire:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. (FREIRE, 1967, p. 43).

Considerando estas palavras, pode-se entrelaçar em que a pedagogia se caracteriza através da educação, esta podendo ser identificada como:

[...] uma reflexão sobre as finalidades da educação e uma análise objetiva de suas condições de existência e de funcionamento; ela está em relação direta com a prática educativa que constitui seu campo de reflexão e de análise, sem, todavia, confundir-se com ela." (MIALARET, 1991, *apud* LIBÂNEO, 2005, p. 143).

Assim, Libâneo caracteriza o pedagogo, sendo:

[...] o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa dos saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica. (LIBÂNEO, 2005, p. 52)

Os autores destacam através destas breves passagens, é que a Pedagogia se encontra como um campo de estudos com problemáticas e identidades próprias, os quais fazem do seu objetivo de estudo compreender os elementos de uma ação educativa, bem como a sua realidade contextual, considerando assim, o sujeito que se educa, o contexto em que esta ação ocorre, os saberes, o educador representado neste espaço, e o pedagogo identifica-se como o profissional responsável por essa prática e este processo educativo em detrimento das suas várias modalidades, bem como as suas formas de se manifestar. Como afirma Franco:

O curso de Pedagogia se constitui no único curso de graduação onde se realiza a análise crítica e contextualizada da educação e do ensino enquanto práxis social, formando o pedagogo, com formação teórica, científica e técnica com vistas ao aprofundamento na teoria pedagógica, na pesquisa educacional e no exercício de atividades pedagógicas específicas. (FRANCO, 2008, p. 149).

A possibilidade do pedagogo em dedicar e exercer suas habilidades e suas competências no Sistema Único de Assistência Social – SUAS e aos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, faz jus ao que o curso de pedagogia possui na sua grade curricular.

Ressaltando que a educação também está presente na Constituição Federal desde 1988, que aponta no capítulo III, sessão I – Da Educação, Art. 205, p. 123: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Fica claro, neste artigo que a educação é para todos, com isso, fica mais fácil enxergar a pedagogia, e o pedagogo como um profissional que pode e ter esse direito de estar presente nos diferentes espaços que não sejam oficialmente escolares, garantindo a sociedade e principalmente àqueles pertencentes à massa popular, que tenham uma educação seja formal, ou não formal, integrando as famílias a se reinventarem de acordo com a sua realidade social e econômica.

Como ressalta o artigo anterior, Seção IV – Da Assistência Social, Art. 203, p:

A assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:  
I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;  
II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;  
III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;  
IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;  
V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Apesar das políticas públicas brasileiras ampararem a educação, é visível que a educação que consideramos como educação integral, vai bem mais além disto, e além do que as leis que regem nosso país. Pois, a educação é um processo que engloba as dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais. Para Machado (2009) é importante que se inclua a diversidade individual e social, ou seja em todas as suas relações com a sociedade, a educação do homem de forma que esta seja integral, que abranja as modificações e os avanços do conhecimento e se destina a todas as idades e a todas as etapas da vida.

Para Gomes (2006), a Pedagogia Social constituída em uma opção em direção desse processo ao buscar ações para o próximo, sejam elas crianças, adolescentes, homens, mulheres, ou idosos em situações marcadas pela vulnerabilidade, diante do sofrimento e exclusão social.

A educação pode e deve alcançar, como foi mencionado anteriormente, a todas as classes, o que se destaca aqui, é que apesar do grande e avançado desenvolvimento da sociedade e suas produções educacionais, esta educação hoje também está ganhando seu espaço, atingindo sobretudo às famílias carentes de classe pobre do nosso país, seja ela em espaços escolares ou não. Considera-se assim, que é de fundamental importância a atuação do pedagogo nestes espaços não formais, bem como a sua insistência em busca de novos ambientes para exercer a sua profissão.

Libâneo (2001, p. 22) aponta que o Curso de Pedagogia constitui-se um espaço mais abrangente, uma vez que a “pedagogia ocupa-se, de fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante”, por isso, nessa perspectiva, “ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa” (LIBÂNEO, 2001, p. 22).

## **SEÇÃO III – METODOLOGIA DA PESQUISA**

### **3.1 O lócus da pesquisa no Município de Santa Izabel do Pará – PA**

O Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, é uma unidade Estatal Pública, de responsabilidade em organizar a oferta de serviço de Proteção Social Básica do SUAS, nos locais de risco social e áreas vulneráveis. Esses serviços são de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, com trabalho social junto às famílias de forma contínua, para o fortalecimento dos vínculos por meio de ações preventivas, protetivas e proativas.

De acordo com as Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (2009), o processo de implantação deste, deve ser:

Compreendido como o conjunto de providências que deverão ser tomadas pelo órgão gestor municipal de assistência social ou congêneres, com vistas ao cumprimento das exigências de instalação dessa unidade pública em determinado território e a oferta de serviços de qualidade.

E ao afirmar-se como unidade de acesso aos direitos socioassistenciais, o CRAS realiza a referência e a contraferência do usuário na rede socioassistencial do SUAS, que respectivamente quer dizer: Identificação das demandas que são oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social, realizando o acesso do usuário à renda, programas, projetos e serviços sociais, onde este acesso se realiza pela inserção destes usuários em serviços ofertados no CRAS. E segundo, é exercido sempre que a equipe do CRAS recebe via encaminhamento de um nível identificado como de maior complexidade, como por exemplo, a proteção social especial, garantindo a proteção básica deste usuário, inserindo-o em serviço, benefícios, bem como programas e/ou projeto de proteção básica.

O CRAS tem por obrigação, ofertar o PAIF, independentemente de sua fonte financiadora. Este programa funciona como o principal serviço de Proteção Social Básica, no qual, todos os outros serviços desse nível de proteção, devem articular-se, uma vez que confere a primazia do poder público dentro da garantia do direito de que todos possam ter sua convivência familiar.

Uma vez o PAIF, reconhecendo a família como seu espaço de atuação privilegiada de proteção, bem como desenvolvimento das pessoas, possui como principal objetivo o fortalecimento da convivência familiar e comunitária desses usuários. Com isso, considerando que se opte por outros serviços como os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV, destinados às crianças, idosos, adolescentes e jovens, como o os projeto de inclusão produtiva ou o Projovem Adolescente, para tais serviços, é necessário que haja um espaço físico que possa atende-los, assim como equipamentos, materiais, e uma equipe de profissionais que sejam compatíveis às orientações específicas para cada serviço, para melhor desenvolver as obrigações do PAIF.

A instituição escolhida foi o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, localizado na avenida rua 7 de Janeiro, número 2000, no Bairro Santa Terezinha, no município de Santa Izabel do Pará/PA, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/Brasil (2016), tem população estimada em aproximadamente 67.686 habitantes, distribuídos na área territorial de 717,662 (km<sup>2</sup>).

O funcionamento do local é de segunda a sexta feira, nos horários de 08h00min as 16h00min, também funcionando em horário de almoço, bem como destacado no Caderno de Orientação, o qual predispõe que: “O CRAS deve funcionar, no mínimo, cinco dias por semana, por oito horas diárias, totalizando quarenta (40) horas semanais, com a equipe de referência do CRAS completa” (BRASIL, 2009, p.59).

O referido ambiente tem como objetivos prevenir o rompimento dos vínculos familiares e da comunidade através de atendimentos socioassistenciais, através de acolhimento às pessoas que procuram o CRAS, e acompanhando em atividades de caráter socioeducativas, bem como orientando e garantindo os direitos dessas famílias em meio à sociedade.

Quanto ao espaço físico, este compreende-se, uma (1) sala para a recepção, duas (02) salas para atendimento individual, uma (01) sala para a coordenação, junto com a equipe técnica e a administração, uma (01) brinquedoteca, o qual também são feitos atendimentos individuais com crianças vítimas de maus tratos ou outro tipo de violação de direitos, bem como para outros grupos como os idosos, os quais realizam suas atividades no local, uma (01) cozinha e um (01) banheiro destinado ao público,

com a infraestrutura adequada no que tange a acessibilidade, pois possui piso tátil e rampa para acesso a sujeitos cadeirantes, cegos ou com alguma dificuldade de locomoção, e uma (1) área aberta com piso abatido para realizações de festividades.

O local possui também recursos didáticos e de apoio para a utilização por parte do público, como mostra o Caderno de Orientações no qual nos aponta que “Além dos espaços físicos, o CRAS deve contar com mobiliário adequado para cada um dos ambientes. Livros, cd’s, televisor, aparelho de DVD, som, microfone, máquina fotográfica e outros materiais são recomendáveis” (BRASIL, 2009, p.55) . Assim, é possível confirmar que o espaço dispõe de materiais e estruturas adequadas como está destacado no Caderno de Orientações.

A pedagoga, disponibilizou o Plano de Trabalho Atual – PTA do ano de 2019, referente ao CRAS em que atua. Onde este tem como objetivo dentre tantos, de nortear a intervenção da equipe técnica do Centro de Referência da Assistência Social VIVER E CRESCER, traçando objetivos, diretrizes prioridades e metas a seres atingidas do ano em questão, junto às famílias referenciada a este centro, bem como levando em consideração o pacto de aprimoramento da gestão do SUAS, o qual discorre também sobre as metas da Proteção Social Básica para o ano de 2019. Como integrante do Sistema Único de Assistência social (SUAS) compromete-se com as políticas públicas, atendendo assim, as normas traçadas pela LEI nº 8742/93 (LOAS) Lei Orgânica da Assistência Social, o qual organiza o atendimento assistencial concebido como: proteção social básica e proteção social especial.

O referido CRAS, inscreve-se como proteção social básica, em que se trata daquilo que é um direito universal da sociedade. Promovendo ações que tenham como objetivo de promover atividades voltadas ao fortalecimento das famílias através do PAIF (Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família).

Os processos de atendimento da unidade buscam desenvolver um trabalho social com as famílias, potencializando estas como unidade de referência, fortalecendo vínculos internos e externos, bem como contribuindo para um processo de emancipação e autonomia dessas famílias, fomentando seu protagonismo, e disponibilizando ações que envolvam diversos setores, possibilitando um rompimento com um ciclo de reprodução da pobreza entre as novas gerações, logo, o centro atua

de forma preventiva, contribuindo para que essas famílias possam ter seus direitos assegurados, de maneira que não recaiam em situações de risco.

Por tanto verifica-se no quadro abaixo os objetivos gerais e específicos desenvolvidos pelo CRAS de Santa Izabel do Pará.

**Quadro 1:** Objetivos gerais e específicos desenvolvidos pelo CRAS Santa Izabel do Pará/PA.

OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<p><b>Prestar serviços no âmbito do suas, garantindo e produzindo seguranças sociais aos seus usuários, conforme suas necessidades e às situações de vulnerabilidade e risco em que se encontram, propondo resolutividade, efetividade, fortalecimento, autonomia e cidadania às famílias.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhar pelo PAIF as famílias com membros integrantes do BPC.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encaminhar e inserir no CadÚnicoos usuários beneficiários de BPC e PBF que participam do CRAS não estão registrados no CadÚnico.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientar o planejamento para o alcance das prioridades e metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhar pelo PAIF as famílias com efeito das condicionalidades do PBF.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer a função protetiva da família, compreendendo-a como lugar do cuidado, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidade e vínculos relacionais e de pertencimento.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevenir a ruptura dos vínculos familiares, incentivando a socialização e a convivência comunitária.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover através do PAIF ações de caráter coletivo, através do diálogo, da troca de experiências e de valores, bem como a discussão de situações externas que afetam a família e a comunidade, suscitando a reflexão, o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o acesso a benefícios, programa de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserçãodas famílias na rede de proteção social de assistência social.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da</li> </ul>	

promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências.
---

Fonte: Centro de Referência de Assistência Social -CRAS Viver e Crescer (Tabela adaptada pela autora)

Observa-se que no quadro existe compatibilidade com o que se exige pelo Plano Municipal ou do Distrito Federal de Assistência social, o qual, segundo o caderno de Orientações do CRAS, é uma ferramenta obrigatória de gestão da política de assistência social, que baseia-se na leitura da realidade social, visando promover uma mudança na situação encontrada, seguindo assim, os objetivos que são estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social.

Para execução das obrigações, o local dispõe de uma equipe que trabalham duro para realizar que foi planejado:

**Quadro 2:** Quadro simplificado de funcionários do CRAS Santa Izabel do Pará/PA2019

EQUIPE	Coordenador	Assistente Social	Psicólogo	Orientador Social	Educador Físico	Administrativo	Recepcionista	Vigias	Visitadoras	Serviços Gerais
	01	05	01	08	01	01	01	01	03	10

Fonte: Centro de Referência de Assistência Social -CRAS Viver e Crescer (Tabela adaptada pela autora)

Assim, conhecendo as vulnerabilidades sociais, bem como as de desigualdade a partir dos territórios, tem como princípio a dimensão ética de incluir quem as pessoas comumente chamadas de invisíveis.

### 3.2 O sujeito da pesquisa

A pedagoga entrevistada atende por Maria <sup>1</sup>declarou ter trinta e sete (37) anos de idade, casada, trabalha há três (3) anos no CRAS, na condição de coordenadora

<sup>1</sup> Nome e dados pessoais fictícios, para preservar a integridade em absoluto sigilo como foi acordado no TCLE antes da pesquisa.

contratada, possui uma jornada de trabalho de seis (6) horas, sendo a sua extensão das oito horas da manhã (08h00min) e se estende até às dezesseis horas da tarde (16h00min), com formação em Pedagogia, ainda não possui pós-graduação, bem como, declara não trabalhar em uma outra instituição.

É notável que a ação pedagógica ainda continua sendo pouco notável em ambientes não escolares, inclusive a sua existência dentro de espaços da Assistência social, há ainda dentro da normativa do sistema Único de Assistência social, em relação aos recursos humanos, em que este ainda não nomeia o pedagogo em seu texto.

Mas com a sua chegada a este meio, tem-se feito mais além do que a sua formação o exige, como nos coloca Freire:

Me parece que o primeiro aspecto a sublinhar é que a prática educativa é uma dimensão necessária da prática social, como a prática produtiva, a cultural, a religiosa, etc. Enquanto prática social a prática educativa, em sua riqueza, em sua complexidade, é fenômeno típico da existência, por isso mesmo fenômeno exclusivamente humano. Daí, também, que a prática educativa seja histórica e tenha historicidade. (FREIRE, 2001, p. 34).

As coletas de dados ao ser analisadas, apontam o quanto é importante o que Paulo Freire nos coloca, acerca da prática educativa e sua complexidade, uma vez que considerando o profissional pedagogo, a área da Assistência social, juntamente com a prática educativa, é de fundamental importância que esta seja uma dimensão necessária da prática social. Desde que o trabalho do SUAS, juntamente com o CRAS, é de dar suporte às famílias em situação de vulnerabilidade, com atividades socioeducacionais, tendo em foco a ação desenvolvida pelos profissionais como pedagogos, psicólogos, assistente social, orientador social, dentre outros. Complementando o que Martin (2001) nos ajuda a entender o que é pedagogia social, através de sua definição, destacando-a como:

[...] um tipo de intervenção social (trabalho social), realizada desde estratégias e conteúdos educativos, em áreas de promoção do bem-estar e de melhora da qualidade de vida, mediante um série de mecanismos (serviços sociais, políticas educativas e sociais), encaminhados a resolver problemas carências de coletivos marginalizados, a prevenir problemas da população em geral, a garantir uma série de direitos para uma correta vida comunitária (desenvolvimento comunitário), em suma, otimizar os processos de socialização (MARTIN, 2001, p. 21).

A pedagoga Maria, através do exercício do seu trabalho, se dispõe a realizar tarefas que englobam a sua grade curricular de pedagoga, assim como, também adquire conhecimentos referentes a educação não formal, o que requer da mesma habilidades humanas, de compreensão aos ocorridos no meio social em que vive, afim de promover relações educacionais voltadas ao meio social, de direitos humanos. Ou seja, os instrumentos educacionais não prendem-se a ministração de aula, mas podem servir de suporte para transformar realidades quando são de uso adequado.

## **SEÇÃO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Esta seção trata da análise dos dados, na qual foi realizada a partir dos dados coletados junto à instituição, e com base nos respectivos instrumentos tais como: Caderno de Campo, Observação da Rotina; e Entrevista com a pedagoga do CRAS, realizada em seu ambiente de trabalho, a qual apresentarei a seguir.

### **4.1 O papel do pedagogo em espaços não escolares**

Como introdução deste ponto, procurei analisar o curso de pedagogia em que se formam os alunos da Universidade Federal do Pará, o qual, a pedagoga entrevistada formou-se, nos destacando que o objetivo do curso visa a formação de profissionais da educação, subsidiadas em pressupostos teóricos e práticos que os possibilitem compreender a complexidade da prática educativa desenvolvida em diversos espaços vinculando a realidade social e escolar a estrutura curricular da graduação. Destacando o perfil deste profissional como: Um profissional com habilidades e competências para exercer a docência na educação infantil, ensino fundamental (séries iniciais), ensino médio e atividades de coordenação e gestão em ambientes escolares e não escolares, entendendo-se como gestão em coordenação pedagógica as atividades inerentes à orientação educacional, à supervisão e à administração escolar.

Considerando as DCNs, o docente que se habilita em Pedagogia deverá estar apto a exercer as seguintes funções:

Trabalhar em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; participar da gestão das instituições em que atuem planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não escolares (CNE nº 05, 2005, p. 8-9).

O que nos coloca algumas observações feitas e anotações do caderno de campo, que ressaltam um pouco do que seja o papel do pedagogo em espaços não escolares sobretudo na questão da aprendizagem social e humana.

A Pedagogia, segundo Libâneo, (2002), aborda a prática educativa na sua intencionalidade usando-se de objetivos pré-determinados direcionados para a condução da aprendizagem dos sujeitos na vida pessoal ou social. Assim, por muito tempo, a prática educativa era vista como um processo institucional, sendo destinado apenas no ambiente escolar, isto é, era considerado como o único lugar de atuação para o pedagogo. Porém, através do desenvolvimento tecnológico, aliado as concepções de uma sociedade na qual objetiva a inclusão, assim como a igualdade social, surge uma nova forma de pensar em relação a educação. Logo, o processo educativo atualiza-se, passando a ser prioridade não somente dos ambientes institucionais de educação, como também a outros espaços que visam à formação do ser humano.

Para Brandão (1989, p. 47) a educação está para além das salas de aula, visto que, são encontradas em vários tipos de sociedades. A educação do homem, não volta-se apenas a ministrar aulas, mas permeia por toda a parte e, lugares que não abrangem apenas as escolas. Mas em qualquer meio social em que haja, no mínimo, uma interação humana.

Como nos aponta Sales (2013), acerca da educação não formal:

A questão de a educação não formal não ter toda formalidade de uma instituição escolar, não diminui em nada sua potencialidade, pois a educação não formal é um processo contínuo dado em espaços sociais, com ênfase em interesses e necessidades do grupo envolvido, independente da idade ou situação em que se encontram, com respeito e valorização á diversidade (SALES, 2013, p.20).

O espaço, caracterizado como informal, se caracteriza pelas experiências cotidianas, assim como a sua relação com o meio em que se encontra, este conhecimento ocorre num processo contínuo durante toda a vida do ser humano, não obstante, o ser social adquire saberes e habilidades que o proporcionam agir da melhor maneira possível quando é exigido deste um posicionamento. Segundo o Plsno Nacional de Direitos Humanos:

A educação em direitos humanos é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação de sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local b) afirmação de valores, atitudes e

práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presentes em níveis cognitivo, social, ético e político d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações (BRASIL, PNEDH 2007, p25).

Enfim, a educação pode e deve ser encontradas em trabalhos de cunho social, uma vez que de acordo com os direitos humanos é de fundamental a importância a consciência humana, cidadã, proporcionando a pessoa de direitos, toda a sua integração na sociedade. O que ocorre dentro do Centro de Referência de Assistência Social, através das metodologias das equipes multidisciplinares, técnicos e coordenação. São ações de características educativas, com materiais didáticos, com uma roupagem mais abrangente, quando se trata de cuidar, proteger, e garantir a seguridade dos usuários do CRAS.

#### **4.2 Aspectos e atividades desenvolvidas pelo pedagogo no CRAS/Santa Izabel do Pará**

Primeiramente, considerando as competências e habilidades do profissional pedagogo, pode-se afirmar que este possui capacidades ditas essenciais para desenvolver atividades que tenham por exemplo, a informação, a conversa, articulações em grupo como coordenador, ou gestor de uma unidade característica de uma rede pública de assistência social, é válido dizer que este profissional possui ferramentas adequadas o suficiente para que ele seja valorizado dentro deste espaço tipicamente não escolar.

Durante a entrevista realizada com a Pedagoga, que no momento se encontra como coordenadora no CRAS, esta considera a sua formação ser adequada para que a mesma atue em espaços de assistência social, segundo ela: *“Quanto ao conhecimento pedagógico, é uma área que também precisa na questão do planejamento, na organização dos planejamentos, passando orientações para as técnicas de referência, e para as orientadoras, por exemplo, que metodologias podem ser usadas de acordo*

*com as faixas etárias, pra gente não atropelar nem uma fase da criança, se o conteúdo é adequado para aquela faixa etária, para o adolescente, e para o idoso”.*

É evidente na fala, que existe a preocupação em se delimitar os conteúdos de acordo com as faixas etárias das crianças, jovens e idosos, introduzindo estes ao conhecimento sobre seus direitos enquanto cidadão. Principalmente os idosos, quando é solicitada uma posição da profissional em relação ao público mais frequente no CRAS onde trabalha: *“O público maior aqui no CRAS são os idosos, todos os dias a gente recebe esse público com os motivos mais comuns né, seja ele feito por denúncia o seja por vontade própria deles.. e assim, são casos de abandono, isolamento, maus tratos, e a gente busca sempre acolher eles de maneira que eles possam confiar na gente e no nosso serviço, então a gente realiza diferentes atividades com eles né... tem palestras, roda de conversa, algumas oficinas pra que as famílias possam ter como produzir o seu sustento né, porque a maioria das famílias mal conseguem comprar o básico pra casa...”*.

É possível ver que na fala da entrevistada, esta se preocupa em inserir os idosos às atividades e serviços oferecidos pelo Centro de Referência de Assistência social em que esta trabalha, afim de fazer dos sujeitos, pessoas com dignidade para prover seus sustentos, conviver em grupo, possibilitando-os experiências que os ajudem a conhecer sobre as formar que podem viver melhor evitando a continuidade destes e se encontrar em situações que os coloquem em um nível de extrema pobreza e risco social, assim, cumpre-se características previstas no Estatuto do Idoso. De acordo com a LEI nº10.741 de 1º de outubro de 2003, Art. 3º, aponta:

*É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2013, p.8).*

É importante saber que o estatuto da pessoa idosa é uma ferramenta que resguarda e assegura os direitos desse sujeito. Nesse sentido, o CRAS adquire um papel com esse público que vem crescendo anualmente, assim como para saber se os direitos destes idosos estejam sendo de fato respeitados, logo, os profissionais do CRAS, procuram por meio dos atendimentos, realizar a escuta do idoso que faz a busca

dos serviços. A atividade realizada, é feita pela equipe técnica de assistência social, porém, a função da coordenadora, identifica-se em registrar os casos, sem deixar de conhecer a realidade do usuário do serviço, uma vez que relatado por esta que todos trabalham em equipe, ou mesmo em imprevistos na substituição do papel de alguém sempre que for necessário.

Observo que isto ocorre, quando indago acerca da relação desta com seus colegas de trabalho, e se eles a ajudam colaborativamente no trabalho dela, a mesma afirma: *“Sim, eu não consigo fazer sozinha, tem que ter a questão do apoio da equipe, a equipe tem que estar unida, quando uma não puder ai chama a outra tem que tá ali pra segurar”*.

Deste modo, procuro conhecer, por estes motivos, o que a levou para a área da assistência social, logo a profissional coloca: *“Bom, foi uma área que eu nem imaginava né, e de repente me vi aqui dentro de um ambiente que faz um trabalho social, e ai a gente acaba se envolvendo, e acaba comprando a situação que se encontra, e eu não tinha plano de vim pra cá, pra área social, de fazer pedagogia para ir para essa área, mas aí a gente se vê com funções fundamentais de trabalhos sociais”*.

A pedagoga alega ser fundamental o trabalho na área social, mesmo que esta não tenha sido seu objetivo inicialmente, e é importante destacar que para um profissional exercer adequadamente o seu trabalho, somando esforços para que tudo ocorra de forma a respeitar o mínimo o que ele exige, este profissional há que se identificar com a área. No mais, seria interessante considerar a quem se destina os serviços, e assim debruçar-se em um esforço para construir uma sociedade mais igualitária e amenizar a reprodução das desigualdades sociais, bem como a violência, a falta de respeito, no mínimo valer-se de um profissional que não apenas está ali para registrar, arquivar, mas também como agente mediador entre pessoas e seus direitos e deveres.

#### **4.3 Principais desafios do Pedagogo no CRAS/Santa Izabel do Pará**

Ao perguntar para a pedagoga, segundo a visão dela, acerca dos desafios enfrentados pela mesma, e o que pode melhorar no seu trabalho, ela aponta como

resposta: *“Ah, eu acredito que assim, mais disponibilização de suporte, na questão de apoio mesmo enquanto secretaria né, pra gente poder fazer uma articulação maior com as redes, principalmente, acredito que se houvesse esse apoio, o trabalho seria muito melhor, e atualmente o desafio maior é esse apoio, porque ao meu ver nós pedagogos, não somos muito valorizados pelo nosso trabalho, como se a palavra pedagogo não nos capacitasse para realizar as tarefas em que estamos realizando, principalmente quando essas tarefas não são pra dentro da sala de aula, então essa falta de credibilidade acaba fazendo da gente eternamente apenas profissionais da sala de aula, sendo que somos formados pra uma educação que acima de tudo tem que respeitar a todos de forma igual, e aí entra os profissionais da área social né, e aqui a gente faz esse trabalho com maior prazer, seja quem vier nos procurar, mas... infelizmente nem todos tem esse conhecimento da grandeza que é ser um profissional pedagogo que faz de tudo um pouco”*.

Claramente, vemos nas falas da coordenadora, sua lamentação por ter pouco apoio de outros profissionais, e outros órgãos públicos, o que me remete ao documento da NOB-RH/SUAS, uma publicação da secretaria nacional de assistência social, acerca da valorização e funcionamento do trabalho desenvolvido pela assistência social e o seu principal serviço, que é o SUAS, no qual este aponta:

Para a implementação do SUAS e para se alcançar os objetivos previstos na PNAS/20004, é necessário tratar a gestão do trabalho como uma questão estratégica. A qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizados à sociedade depende da estruturação do trabalho, da qualificação e da valorização dos trabalhadores atuantes no SUAS. (FERREIRA,2011, p.15).

É evidente que, na análise da fala da coordenadora, esta procura realizar, através da sua formação e da sua dedicação ao trabalho que realizada, uma ação que busca promover alcançar os objetivos previstos pelo Plano Nacional de Assistência Social – PNAS. Porém, lamentavelmente, o trabalho do profissional ainda se encontra nesta situação, o que pode acarretar no mal desempenho das tarefas que são obrigatórias do CRAS, e de direito aos usuários que a necessitam.

Diferentemente do que se encontra dentro do Caderno de Orientações em relação ao apoio aos profissionais desse espaço, o qual aponta que “ A promoção da

articulação intersetorial depende de uma ação deliberada, que pressupõe a ideia de conexão, vínculo, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços, respeito à diversidade e as particularidades de cada setor” (BRASIL, 2009, p. 26). Assim a intersetorialidade relaciona-se a uma nova maneira de trabalhar para produzir resultados mais significativos para a população, respondendo de maneira mais eficaz aos problemas sociais. Deste modo, o Caderno de Orientações destaca ainda que:

A articulação intersetorial não está sob a governabilidade da política de Assistência Social. Para que aconteça, é necessário um papel ativo do poder executivo municipal ou do DF, como articulador político entre as diversas secretarias que atuam nos territórios do CRAS, de modo a priorizar, estimular e criar condições para a articulação intersetorial local. O gestor de assistência social pode, no entanto, influir para que seja definida a prioridade de articulação das ações no território de abrangência do CRAS. A articulação intersetorial deve envolver escolas, postos de saúde, unidades de formação profissional, representantes da área de infraestrutura, habitação, esporte, lazer e cultura, dentre outros (BRASIL, 2009, p.26).

Logo, para que a intersetorialidade ocorra, é necessário que haja o diálogo entre estes setores, conhecendo as demandas sobre seus serviços afim de que haja a possibilidade de resolução destas demandas, como a melhoria das condições de vida das famílias, possibilitando a elas o acesso aos serviços que fazem parte do seu direito, mas sobretudo àqueles que se encontram em maior vulnerabilidade social. Por tanto, deve oferecer a troca de experiências entre estes setores, em busca de apoio, bem como das suas soluções para os problemas comuns a essas famílias, de maneira que seja possível construir uma rede de proteção social.

#### **4.4 Contribuições do pedagogo ao centro de referência de assistência social**

A partir das análises feitas sobre a função do pedagogo, bem como o seu papel enquanto profissional dentro de um Centro de Referência de Assistência Social, a contribuição deste não está somente referente a uma característica administrativa, mas também aos usuários a quem são prestados os serviços desta unidade estatal, caracterizando-se por ser contribuições de cunho principalmente social. Pois está dentre os profissionais que trabalham com o público ali atendido, que por sua vez, são os próprios técnicos de referência, assistentes sociais e psicólogos nos quais citei

anteriormente, possuindo formação em pedagogia, um ramo que abrange as exigências que está presente no perfil a ser formado pelo curso de pedagogia da Universidade Federal do Pará, o qual foi analisado nesta pesquisa, e parcialmente as exigências existentes no perfil que consta no Caderno de Orientações, uma vez que este requer:

Escolaridade mínima de nível superior, concursado, com experiência em gestão pública, domínio da legislação referente à política nacional de assistência social e direitos sociais; conhecimento dos serviços, programas, projetos e/ou benefícios socioassistenciais, experiência de coordenação de equipes, com habilidades de comunicação, de estabelecer relações e negociar conflitos; com boa capacidade de gestão, em especial para lidar com informações, planejar, monitorar e acompanhar os serviços socioassistenciais, bem como de gerenciar a rede socioassistencial local. (BRASIL, 2009, p.64).

Sobre a questão da função da profissional dentro do ambiente em que atualmente trabalha, o CRAS, esta afirma: *“Hoje, enquanto coordenadora, faço toda articulação com as redes, faço articulação com a saúde, com a educação, com o judiciário, é eu que faço a articulação, de levar, tem uma demanda, procura, faz articulação pra ver onde tá a necessidade, essa é minha parte, além de realizar os registros, organizar eles, por que como eu sou contratada, aqui a gente precisa ter registrado a necessidade das famílias, por exemplo, tal família veio e fez um registro do que tá acontecendo, e vim outra pessoa pro cargo, já sabe onde achar esse registro, esse também é uma das minhas funções aqui dentro”*.

De fato, são atribuições da pedagoga, realizar os registros, assim como estas outras atribuições citadas acima, a profissional alegou em outro momento, que também realiza o planejamento das atividades e avaliações destas para serem executadas dentro do CRAS, isso significa que a sua formação e capaz de assegurar a mesma experiências com um ambiente tão diferente de uma sala de aula,.

O trabalho do pedagogo, na área da assistência social, é de fato, de relevância pedagógica e social, uma vez que ela possui desafios frente à atuação, especialmente profissional no ambiente não escolar, com outras especificidades presentes na dimensão do processo da formação humana. Assim, as atribuições do pedagogo, lotado no ambiente não escolar são visivelmente diferentes, porém, dialogam com o fenômeno educativo, sendo este, imprescindível, para os meios formativos da pessoa humana. Mesmo que, um desses processos esteja mais voltado à escola e outro não.

Qual a relevância do seu trabalho nessa instituição? A mesma afirma: *“Acredito que seja de alta relevância né, uma vez que eu sou a pessoa que vou fazer a articulação tanto com as redes, como com a equipe dos outros profissionais que trabalham aqui, né, de chamar tipo, bora fazer assim, bora trabalhar assim.. enquanto coordenadora né, e não enquanto só pedagoga, de incentivo... então acho que seja de alta relevância o trabalho do pedagogo dentro da área da assistência”*.

Para finalizar, pergunto a pedagoga acerca do que a profissional compreende sobre a pedagogia social, tendo em consideração a sua formação acadêmica, humana, cidadã, como pessoa que também está sempre em busca de conhecimento, a entrevistada se posiciona: *“A minha compreensão é que a gente tem um papel também fundamental né, a gente tem uma ideia de que a pedagogia, ela só serve pra escola, pros ambientes escolares e quando a gente se vê numa realidade diferente, que não seja a escola, a gente as vezes acha que pode parecer que não tem, mas pedagogo em outro espaço que não seja escolar, mas na verdade a gente vê que tem uma grande importância o pedagogo em outros espaços que não seja só nas escolas, né, pra essa questão de organizar os planejamentos também, a gente está sempre em uma relação com pessoas como a gente, que tem os mesmos direitos, então é muito importante ter uma base pedagógica pra lidar com tudo isso, desde a organização, até o contato direto com as pessoas”*.

Remete-me o que Paulo Freire destaca em uma de suas passagens pelo seu livro *Pedagogia da Autonomia*:

Como educador preciso de ir "lendo" cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo "leitura do mundo" que precede sempre a "leitura da palavra". (FREIRE, 1996, p.36).

É o que a coordenadora também busca realizar no seu trabalho, usando da sua formação de pedagoga, educadora, conhecer a realidade que permeia seu contexto, enxergando as pessoas que fazem parte de uma rotina exaustiva e desumana em que

se encontram, e posso contribuir a isto como pedagoga, dizendo que cada vez mais, nos encontramos enquanto ser humano, através de uma visão larga, chegar a uma solução para tais problemas, ou chegar perto do que realmente seja uma solução, para amenizar questões que ainda sufocam a sociedade de avançar no seu pleno direito de apenas existir. Começando com atitudes que surgem pelo básico, o diálogo e o reconhecimento da existência de uma sociedade que é minoritária em relação ao usufruto de seus direitos.

No mais, as contribuições que o pedagogo podem e devem proporcionar ao Centro de Referência de Assistência Social são estas, para além dos trabalhos burocráticos realizados pela pedagoga. Os demais profissionais devem então documentar as ações efetivadas, pois, de acordo com Brasil (2011, p. 68) os protocolos institucionais no Caderno de Orientação afirmam que, “O registro de informação constitui procedimento para gerar conhecimento e instrumentalizar a gestão, o monitoramento e a avaliação”, uma vez que, esses “registros de acompanhamento familiar, é imprescindível manter registros de frequência, permanência, desligamento e atividades desenvolvidas” (BRASIL, 2011, p. 68). Logo, se tudo registrado, averiguado, pode-se realizar as atividades referentes àquela problemática.

## 5. Conclusão

Termino esta pesquisa com uma fala da pedagoga, coordenadora do CRAS, onde ela em sua plena satisfação em exercer o seu papel enquanto profissional da área da assistência social nos coloca: *“O nosso público são jovens, adultos, idosos, é de quem necessitar.. é públicos e prioritários com questão de vulnerabilidade social, questão de violação de direitos, conflitos familiares, o nosso público é aquele que normalmente mora na periferia, que não recebe orientação, que não conhece os seus direitos, que desconhece os seus deveres.. o nosso público é esse, a parte que tá mais excluída socialmente”*.

O presente trabalho aponta a presença bem como a atuação do profissional pedagogo dentro de espaços de assistência social como o CRAS, onde este apresenta-se como o lócus da pesquisa é de grande relevância nos atendimentos socioeducativos. As suas ações no que tange a perspectiva educacional, abrangem vários setores e envolvendo os parceiros, equipes, demais profissionais e os usuários do serviço disponibilizado no ambiente. Assim, o trabalho do pedagogo com a equipe torna os atendimentos às famílias, de maneira mais eficaz, uma vez que, são estes profissionais que são de áreas diferentes juntamente com a coordenadora, buscam realizar um acolhimento que seja capaz tanto de envolver os conhecimentos específicos, como dos abrangentes, através da troca de experiências dos mesmos, possibilitando dessa forma diferentes diálogo entre os diversos campos do conhecimento.

As ações do pedagogo, situa-se por sua vez, num entrelaço pedagógico de processos formativos humanos encontradas nos espaços do CRAS, é notável que os trabalhos desse profissional são voltados para os movimentos tanto administrativos, quanto educativos, que envolvem muitos sujeitos em situação de vulnerabilidade social, que possuem seus direitos violados e negados. O pedagogo atua por meio de palestras educativas de prevenção, e alertas em períodos de campanhas, com as articulações com outras redes, buscando apoio ao seu trabalho, através de parcerias que venham a somar com seus esforços.

Em uma fala da pedagoga, destaca que é dever o CRAS promover a cultura de paz, através da educação social, fortalecendo o vínculo familiar. Logo, o CRAS constitui-se em um ambiente não escolar, por sua natureza de cunho de assistência social, mas também um espaço educativo, onde se realizam atividades que são voltadas ao conhecimento social, de direitos e deveres, de forma a reintegrar de maneira adequada as pessoas em seu contexto social, oferecendo-lhes meios em que estas possam prover sua renda, através de reuniões, conscientizações, palestras, teatros, bem como através de acesso às reprodução de DVD's, livros, dentre outros.

Ou seja, o CRAS possui tudo o que uma escola dispõe didaticamente, para ensinar o público que normalmente frequentam seu espaço, são estes, materiais didáticos que existem em um ambiente escolar. Inclusive, o próprio profissional pedagogo, onde este tem que saber lidar com um leque de situações que o seu trabalho exige, considerando que o ambiente do Centro de Referência de Assistência Social, é um espaço público, que atente pessoas que estão em busca de conhecimento, tanto pessoal quanto social, assim, é necessário que o pedagogo venha a despir-se de qualquer armadura superior a quem está a sua procura.

Portanto, esta pesquisa suscita além de experiências, um grande aprendizado, proporcionando tanto conhecimento, quanto gerando informações acerca do nosso papel enquanto pedagogo nesses espaços, e como devemos agir quando estivermos atuando nessa área, promovendo boas relações com outros profissionais, bem como outros setores, na busca de parcerias que possam não se ausentar, mas contribuir ao importante trabalho que é destinado às pessoas que encontram seus direitos violados.

## 6. REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

Brasil. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**: 2007. Brasília: Secretaria especial do Direitos Humanos, 2007. 76p.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, 15 DE MAIO DE 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)> Acesso em 10 de maio de 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

CALIMAN, G. Fundamentos teóricos e metodológicos da Pedagogia social na Europa (Itália). In: **I Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 1., 2006, Anais eletrônicos. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo>> Acesso 10 de junho 2019.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. \*tradução oficial, UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS.

BRASIL. ESTATUTO DO IDOSO/ Ministério da Saúde – 3. ed., 2. Reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo, Editora UNESP, 2000. p.26.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

GOMES, A. F. B. **A Pedagogia Social na Educação Infantil**: possibilidades de trabalho com a comunidade. Revista de Educação – UNISINOS, v.10, São Leopoldo/RS, p.1-8, 2006.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990\* que Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e de outras providências, 2005.

LENGERT, Rainer. Profissionalização docente: entre vocação e formação. La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura | v. 16 | n. 2 | jul./dez. 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para Quê?**.4. ed. São Paulo, Ed. Cortez. 2001.

MACHADO, É. R.. **A constituição da pedagogia social na realidade educacional brasileira (dissertação)**. Florianópolis-SC. 2010.

MACHADO, E. M.; MACHADO L. M. **O campo de trabalho do educador social escolar e não escolar na organização da Pedagogia Social no Brasil**. In: ANAIS ANPAE, 2011b. Disponível em:  
<<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0181.pdf>> Acesso em:10 de junho de 2019.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos** / Tim May; trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. – 3.ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRASIL. Orientações Técnicas: **Centro de Referência de Assistência Social e Combate à Fome**.-1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação)

## 7. APÊNDICE

**TÍTULO DO PROJETO:** O Trabalho do Pedagogo no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS de Santa Izabel do Pará.

**AUTORA:** Leticia Moreira Bessa

**ORIENTADORA:** Francisco Valdinei dos Santos Anjos

### Roteiro de Entrevista

#### IDENTIFICAÇÃO

Nome Completo: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Idade: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_

Instituição que Trabalha: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Tempo de Atuação na Instituição: \_\_\_\_\_

Vínculo empregatício: \_\_\_\_\_ Jornada de trabalho: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Pós-graduação: \_\_\_\_\_

Trabalha em outra instituição: ( ) Sim ( ) Não

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

1-Quanto tempo de formação?

2- Você considera a sua formação adequada para atuar nos espaços de assistência social? Justifique.

3- Qual a sua compreensão acerca da pedagogia social?

4- O que a levou a área de pedagogia social?

5- Vocês participam de alguma formação ou curso na área de pedagogia na assistência social? Quais tipos?

6-Qual é o publico mais frequente do seu trabalho?

7-Que tipo de trabalho você realiza no local, no âmbito da equipe multidisciplinar?

- 8-Que metodologias você utiliza com o público? Em relação as crianças, os jovens e adultos.
- 9- Qual a relevância do seu trabalho nesta instituição?
- 10-Qual a sua relação com os colegas do CRAS? Eles ajudam você no seu trabalho?
- 11- Você sempre trabalhou na área de assistência social? Justifique.
- 12- O CRAS oferece algum espaço de discussão na perspectiva da interdisciplinaridade?
- 13-Descreva uma intervenção profissional interdisciplinar que você participou. Dê um exemplo.
- 14- Na sua visão, como deveria melhorar o seu trabalho?
- 15- No CRAS, o trabalho que realiza são obrigatoriamente atribuições do Profissional Pedagogo?

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



Eu, \_\_\_\_\_, nacionalidade: \_\_\_\_\_,  
 idade: \_\_\_\_\_ anos, estado civil: \_\_\_\_\_, profissão: \_\_\_\_\_,  
 endereço: \_\_\_\_\_,

RG: \_\_\_\_\_, estou sendo convidado (a) a participar de um estudo denominado **“Configuração curricular do programa novo mais educação (PNME) nas escolas da Rede Municipal de Castanhal-PA”**, cujo objetivo é analisar o currículo que está sendo desenvolvido nas escolas municipais no âmbito do PNME, de modo a evidenciar os impactos que tal projeto curricular de educação em tempo integral está provocando na identidade e aprendizagem dos educandos participantes do referido programa.

A minha participação no aludido estudo será no sentido de responder a um questionário com perguntas abertas e fechadas. Fui alertado (a) de que, da pesquisa a ser realizada, o único benefício a esperar serão os conhecimentos produzidos pelo estudo acerca da temática em questão e uma socialização pública desses conhecimentos no órgão onde está vinculada a pesquisa. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome em qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, me identificar, será mantido em sigilo, tanto no trabalho escrito quanto na apresentação pública.

Os pesquisadores envolvidos no referido projeto são: Madison Rocha Ribeiro, Francisco Valdinei dos Santos Anjos, Luizete Cordovil, Dina Carla Bandeira, Lauanda Castro da Silva, Evilly Vieira de Souza e Camila de Cássia Mendes da Silva, todos da Universidade Federal do Pará, Campus de Castanhal, e com eles poderei manter contato pelo telefone (91)987283118.

Esclareço ainda que me foi garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois de minha participação. Enfim, tendo sido orientado(a) quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação. Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este

estudo devo ligar para o fone: 3311-4613 (UFPA-Castanhal) ou mandar um *email* para [madisonribeiro@gmail.com](mailto:madisonribeiro@gmail.com) .

Castanhal, \_\_\_/\_\_\_/2018

---

Colaborador da Pesquisa

---

Pesquisador (a)